



COMUNICADO nº 09/SELEÇÃO PPGD 2017 – 02 DE MARÇO DE 2017

HABILITADOS PARA A DEFESA DOS PROJETOS DE PESQUISA

O Coordenador do Mestrado em Direito da Faculdade de Direito de Alagoas, no uso de suas atribuições legais, e consoante deliberação do Colegiado do Curso, resolve divulgar a **RELAÇÃO DE HABILITADOS PARA A DEFESA DOS PROJETOS DE PESQUISA**, referente à Seleção 2017 para o Curso de Mestrado em Direito (Edital nº 44/2016-PROPEP/UFAL).

Comunica aos habilitados que as comissões examinadoras observarão os seguintes critérios objetivos para a composição das notas (conforme edital):

ESTRUTURA DOS PROJETOS DE PESQUISAS:

- I. Introdução ou apresentação (delimitação do tema, justificação, problematização, fundamentação teórica);
- II. Objetivos (gerais e específicos);
- III. Revisão bibliográfica (“estado da arte”);
- IV. Metodologia;
- V. Proposta de Sumário e Cronograma;
- VI. Levantamento bibliográfico e referências iniciais;
- VII. Anexos (se for o caso).

CONTEÚDO DOS PROJETOS DE PESQUISA E DEFESA ORAL:

O conteúdo do projeto será analisado, fundamentalmente, pela observância dos seguintes critérios:

- I. Aderência à Linha de Pesquisa escolhida pelo candidato no ato da inscrição;
- II. Disponibilidade de orientador segundo os Projetos de Pesquisa específicos dos professores do presente Edital;
- III. Estrutura, segundo os seguintes aspectos:
 - a) Capacidade de contextualização teórico-metodológica dos tópicos temáticos;
 - b) Aptidão de redação clara e consistente;
 - c) Capacidade de organização de pensamento autônomo;
 - d) Pertinência da bibliografia e das referências quanto ao desenvolvimento do projeto.



COMUNICADO nº 09/SELEÇÃO PPGD 2017 – 02 DE MARÇO DE 2017

HABILITADOS PARA A DEFESA DOS PROJETOS DE PESQUISA

Esclarece que os habilitados poderão gravar as suas apresentações orais, bem como as intervenções dos membros da banca examinadora.

Informa que as defesas ocorrerão nos dias 06, 07 e 08 de março de 2017, no Miniauditório da Faculdade de Direito de Alagoas (*Campus A. C. Simões – UFAL*), conforme cronograma apresentado nas tabelas seguintes, que contemplam a **RELAÇÃO DE HABILITADOS PARA A DEFESA DOS PROJETOS DE PESQUISA**.

Por fim, registra que o candidato será automaticamente eliminado do certame se não estiver presente no horário reservado à sua arguição oral.

DEFESAS DO DIA 06 DE MARÇO DE 2017
CANDIDATOS DA LINHA DE PESQUISA 2

	NOME COMPLETO	CPF	TÍTULO DO PROJETO DE PESQUISA	HORÁRIO DA DEFESA
1.	DELANO SOBRAL ROLIM	707.035.743-53	POR UMA REVISÃO DO PRINCÍPIO DA VANTAJOSIDADE NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS À LUZ DO PRINCÍPIO DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL: LIMITES E POSSIBILIDADES	09:00
2.	DIEGO PAPINI TEIXEIRA LIMA	066.777.554-44	RELEITURA CONSTITUCIONAL DO INSTITUTO JURÍDICO DA LEGÍTIMA: AUTODETERMINAÇÃO DA VIDA PRIVADA, FUNÇÃO SOCIAL DA FAMÍLIA E O LÍDIMO DIREITO À LIVRE DISPOSIÇÃO PATRIMONIAL	09:20
3.	EDNALDO MIGUEL DA SILVA JÚNIOR	008.280.454-02	A COMPETÊNCIA NORMATIVA ABSTRATA DAS AGÊNCIAS REGULADORAS NO DIREITO BRASILEIRO	09:40
4.	FÁBIO AUGUSTO CARVALHO PEIXOTO	085.111.304-46	FEDERALISMO FISCAL NO ÂMBITO DO ESTADO DE ALAGOAS E NOVOS CRITÉRIOS DE CÁLCULO DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS	10:00
5.	IRIS CINTRA BASÍLIO DA SILVA	009.122.444-61	A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DAS MULTAS TRIBUTÁRIAS PREVISTAS NA LEI Nº 5.900/96 DO ESTADO DE ALAGOAS EM FACE DO PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO AO CONFISCO: UMA ANÁLISE À LUZ DOS CRITÉRIOS ADOTADOS PELA ATUAL JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	10:20
6.	JOÃO ALVES DE MELO JR.	048.722.534-18	A CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS INVÁLIDOS E A GARANTIA FUNDAMENTAL À PROTEÇÃO DA EXPECTATIVA LEGÍTIMA DOS CONTRIBUINTE: UM CONTRIBUTO À SISTEMATIZAÇÃO DOS INCENTIVOS FISCAIS	10:40
7.	JOSÉ TENÓRIO NUNES FILHO	053.181.324-05	A (DES)CONTINUIDADE DAS OBRAS PÚBLICAS COMO FATOR DA (IN)EFETIVIDADE DO DIREITO FUNDAMENTAL AO DESENVOLVIMENTO	11:00
8.	KARINA BARBOSA FRANCO	007.433.464-67	MULTIPARENTALIDADE: UMA ANÁLISE DOS LIMITES E EFEITOS SOCIOJURÍDICOS PRÁTICOS SOB O ENFOQUE DO PRINCÍPIO DA AFETIVIDADE	11:20



COMUNICADO nº 09/SELEÇÃO PPGD 2017 – 02 DE MARÇO DE 2017

HABILITADOS PARA A DEFESA DOS PROJETOS DE PESQUISA

9.	NATHÁLIA DE ARAÚJO OLIVEIRA DE OLIVEIRA AGUIAR	076.893.884-85	EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE E A TEORIA DA NORMA JURÍDICA: ANÁLISE DA NECESSIDADE DE POSITIVAÇÃO JURÍDICA DO INCIDENTE PROCESSUAL DE DEFESA DO CONTRIBUINTE	11:40
10.	PAULA LAÍSE DE VASCONCELOS RIBEIRO SILVA	051.581.794-50	DIREITOS FUNDAMENTAIS DOS CONTRIBUINTE E PODER DE TRIBUTAR: A INFLUÊNCIA DO EXERCÍCIO DAS COMPETÊNCIAS TRIBUTÁRIAS MUNICIPAIS NO DESENVOLVIMENTO LOCAL	12:00
11.	TÁLITA NUNES DE SOUZA BAÊTA FEIJÓ	010.205.064-31	O PRINCÍPIO DA IGUALDADE, A AVALIAÇÃO DIFERENCIADA NO CONCURSO PÚBLICO E A NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA MENTAL, EM CONFORMIDADE COM A LEI 13.146/2015	12:20
12.	VITOR MENDONÇA MAIA	077.287.174-48	DESVINCULAÇÃO DE RECEITAS PELA EMENDA CONSTITUCIONAL 93/2016: (IN)VALIDADE E CONTROLE	12:40

DEFESAS DO DIA 07 DE MARÇO DE 2017

CANDIDATOS DA LINHA DE PESQUISA 1

	NOME COMPLETO	CPF	TÍTULO DO PROJETO DE PESQUISA	HORÁRIO DA DEFESA
1.	ALEXANDRE CÉSAR DOS SANTOS	824.384.714-68	EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS PARA OS PROFISSIONAIS DE SEGURANÇA PÚBLICA: ESTRATÉGIA DE POLÍTICA PÚBLICA PARA TUTELAR DIREITOS FUNDAMENTAIS	09:00
2.	CAROLINA FRANCISCA CAVALCANTE LIRA	064.097.364-79	A PROBLEMÁTICA DOS MUNICÍPIOS INVIÁVEIS E A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA DO DIREITO AO DESENVOLVIMENTO	09:20
3.	DANILO LUCAS DE OLIVEIRA SANTOS	814.790.695-15	A EFICÁCIA JURÍDICA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO CONTEXTO DA SOCIEDADE DE RISCO	09:40
4.	DIOGO VIEIRA DA CUNHA DO AMARAL REIS	055.604.164-01	A MOBILIDADE URBANA DE MACEIÓ E SUA ADEQUAÇÃO ANTE A NORMATIVA NACIONAL E INTERNACIONAL DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE	10:00
5.	ELITA ISABELLA MORAIS DORVILLÉ DE ARAÚJO	073.933.064-09	FEMINICÍDIOS EM MACEIÓ: UM ESTUDO SOBRE VIOLÊNCIA FEMINICIDA NA CIDADE DE MACEIÓ/AL A PARTIR DA PERSPECTIVA DA CRIMINOLOGIA CRÍTICA	10:20
6.	HUGO MARINHO EMÍDIO DE BARROS	064.521.614-31	OS DIREITOS HUMANOS FUNDAMENTAIS E A PROIBIÇÃO DA PROTEÇÃO DEFICIENTE AOS REFUGIADOS NO BRASIL: ANÁLISE DA LEI Nº 9.474/97 À LUZ DO BINÔMIO FORMADO PELOS PRINCÍPIOS DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E A SEGURANÇA NACIONAL	10:40
7.	JANAINA MOURA REZENDE BARROSO	041.646.514-58	FEMINICÍDIO FAMILIAR: UM ESTUDO SOBRE O PERFIL DAS VÍTIMAS NA CIDADE DE MACEIÓ / AL	11:00
8.	JOÃO ARTHUR ALVES DE SOUZA	084.795.474-99	O DIREITO À CIDADE COMO DIREITO FUNDAMENTAL: O CASO DE CRUZ DAS ALMAS	11:20



COMUNICADO nº 09/SELEÇÃO PPGD 2017 – 02 DE MARÇO DE 2017

HABILITADOS PARA A DEFESA DOS PROJETOS DE PESQUISA

9.	KLEVERTON HALLEYSSON BIBIANO DE OLIVEIRA	051.708.224-13	A (IM)POSSIBILIDADE DA FUNDAMENTAÇÃO RACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS NA ATUALIDADE	11:40
10.	LARISSA CAVALCANTE MENDES	042.077.484-07	SOCIOLOGIA DA ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA: PANORAMA DE UM CONTEXTO DEMOCRÁTICO EM TRANSFORMAÇÃO	12:00
11.	LARYSSA CUSTÓDIO DE FRANÇA PEREIRA	049.967.334-46	O DIREITO FUNDAMENTAL À CULTURA E OS DESAFIOS PARA A EFETIVIDADE	12:20
12.	LEONAM PINHEIRO RODRIGUES	077.179.854-70	ALTERNATIVAS À INTERNAÇÃO PROVISÓRIA DE ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI COMO FORMA DE TUTELA DE DIREITOS FUNDAMENTAIS: APLICAÇÃO DE OUTRAS MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA INTERNAÇÃO	12:40
13.	LIV LESSA LIMA DE HOLANDA	054.576.604-43	HOMOPARENTALIDADE POR MEIO DAS TÉCNICAS DE REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA E O DIREITO À FILIAÇÃO	14:40
14.	LUCAS ISAAC SOARES MESQUITA	082.973.344-22	GLOBALIZAÇÃO E SEUS IMPACTOS ADMINISTRATIVOS E JURÍDICOS À SAÚDE PÚBLICA: CONTRARREFORMA E ASPECTOS DA INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI Nº 12.550/2011 (ADI 4.895) NO CASO DA EMPRESA BRASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES (EBSERH) NO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PROFESSOR ALBERTO ANTUNES (HUPAA/UFAL)	15:00
15.	MARIANA OLIVEIRA DE MELO CAVALCANTI	079.542.664-00	PARA ALÉM DO SOPESAMENTO – A INCOMENSURABILIDADE ENTRE PRINCÍPIOS SOB A ÓTICA PRAGMÁTICO-CONSEQUENCIALISTA DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO	15:20
16.	NATÁLIA TENORIO FIREMAN CAMELO	058.696.794-00	A PROTEÇÃO DA SEGURIDADE SOCIAL ENQUANTO DIREITO SOCIAL E ESPÉCIE DE DIREITOS HUMANOS: EFICÁCIA E O NECESSÁRIO CONTROLE INTERNACIONAL	15:40
17.	RENAN BARBOSA AMORIM	049.827.254-03	O TRATAMENTO JURÍDICO CONFERIDO AOS IMIGRANTES ILEGAIS VÍTIMAS DE TRABALHO EM CONDIÇÕES ANÁLOGAS À DE ESCRAVO	16:00
18.	RHAIRA ADRYSSA DOS SANTOS DUARTE	063.699.394-98	DIVERSIDADE FEMININA E IGUALDADE DE GÊNERO NA POLÍTICA: A EFETIVIDADE DA PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 134/2015 SOB A ÓTICA INTERSECCIONAL	16:20
19.	TIAGO TUPINAMBÁ FONTES GOMES	012.240.874-88	A EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DE CERTIDÃO NEGATIVA DE ANTECEDENTES CRIMINAIS EM CONCURSOS PÚBLICOS EM FACE DO PRINCÍPIO DA IGUALDADE	16:40

DEFESAS DO DIA 08 DE MARÇO DE 2017

CANDIDATOS DA LINHA DE PESQUISA 3

	NOME COMPLETO	CPF	TÍTULO DO PROJETO DE PESQUISA	HORÁRIO DA DEFESA
1.	ANDRÉ LUIZ FERREIRA SANTOS	871.515.104-20	O ART. 15 DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: A UNIDADE DO DIREITO PROCESSUAL A SERVIÇO DA APLICAÇÃO SUPLETIVA AO PROCESSO ESPECIAL DO TRABALHO	09:00
2.	FELIPE COSTA LAURINDO DO NASCIMENTO	053.484.704-81	A ESTABILIZAÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL BRASILEIRO DE 2015	09:20



COMUNICADO nº 09/SELEÇÃO PPGD 2017 – 02 DE MARÇO DE 2017

HABILITADOS PARA A DEFESA DOS PROJETOS DE PESQUISA

3.	ISMAR RIBEIRO UCHÔA JÚNIOR	089.971.504-48	A REVISÃO DA COISA JULGADA EM SEDE DE CONTROLE DE CONCENTRADO CONSTITUCIONALIDADE: ESTUDO DA RECLAMAÇÃO Nº 4.374/PE	09:40
4.	LEONARDO MÁXIMO BARBOSA	711.975.085-20	DO INCIDENTE DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL E SUA (IN)APLICABILIDADE AO PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL	10:00
5.	LUIZ GUSTAVO VASQUES DE MORAES	079.510.154-66	O SISTEMA DE PRECEDENTES NO CPC 2015 E SUA APROXIMAÇÃO COM O <i>COMMOM LAW</i>	10:20

Maceió, 02 de março de 2017.

Prof. Dr. George Sarmiento Lins Júnior
Coordenador do Mestrado em Direito/PPGD/FDA/UFAL